

A Prática do Acompanhamento Familiar no Sistema Único de Assistência Social e Suas Linhas

The Practice of Family Follow-up in Brazil's Unified Social Assistance System and Its Lines

La Práctica del Acompañamiento Familiar en el Sistema Único de Asistencia Social y Sus Líneas

Caroline de Souza

Prefeitura Municipal de Poços de Caldas, Poços de Caldas, MG, Brasil.

Roberta Carvalho Romagnoli

Pontifícia Universidade Católica (PUC), Minas Gerais, MG, Brasil.

Resumo

Este artigo discute os resultados parciais de uma pesquisa de doutorado que teve como tema o acompanhamento familiar realizado pelos técnicos operadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), cujo objetivo foi investigar as práticas e as metodologias de trabalho dos técnicos nos equipamentos do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). A partir do conceito de rizoma, entendido como uma rede de linhas, rastreamos linhas duras que emergem no trabalho dos profissionais, a saber: a precarização do SUAS; a dificuldade de atuação em rede; a formação centrada no indivíduo; a naturalização da família nuclear; a burocratização das práticas; e o risco de tutela presente no acompanhamento familiar. Observamos também práticas inventivas no acompanhamento familiar, presentes em uma micropolítica ativa. Concluimos este estudo abordando a importância do acompanhamento familiar e a necessidade de problematização do trabalho com esses grupos.

Palavras-chave: Sistema Único de Assistência Social, acompanhamento familiar, esquizoanálise.

Abstract

This article discusses the partial results of a doctoral research project focused on family follow-up conducted by technical staff operating within Brazil's Unified Social Assistance System (SUAS). The study aimed to investigate the practices and work methodologies of professionals working in Social Assistance Reference Centers (CRAS) and Specialized Social Assistance Reference Centers (CREAS). Drawing on the concept of the rhizome, understood as a network of lines, we traced rigid lines that emerge in the professionals' work, namely:

the precarization of SUAS; difficulties in intersectoral collaboration; training centered on the individual; the naturalization of the nuclear family; bureaucratization of practices; and the risk of tutelage present in family follow-up. We also observed inventive practices within family follow-up, expressed through an active micropolitics. We conclude this study by addressing the importance of family follow-up and the need to critically examine the work carried out with these groups.

Keywords: Unified Social Assistance System, family support, schizoanalysis.

Resumen

Este artículo analiza los resultados parciales de una investigación doctoral cuyo tema fue el acompañamiento familiar realizado por los técnicos operadores del Sistema Único de Asistencia Social (SUAS). El objetivo fue investigar las prácticas y metodologías de trabajo de los técnicos en los dispositivos del Centro de Referencia de Asistencia Social (CRAS) y del Centro de Referencia Especializado de Asistencia Social (CREAS). A partir del concepto de rizoma, entendido como una red de líneas, rastreamos líneas duras que emergen en el trabajo de los profesionales, a saber: la precarización del SUAS; la dificultad de actuación en red; la formación centrada en el individuo; la naturalización de la familia nuclear; la burocratización de las prácticas; y el riesgo de tutela presente en el acompañamiento familiar. También observamos prácticas inventivas en el acompañamiento familiar, presentes en una micropolítica activa. Concluimos este estudio abordando la importancia del acompañamiento familiar y la necesidad de problematizar el trabajo con estos grupos.

Palabras clave: Sistema Único de Asistencia Social, apoyo familiar, esquizoanálisis.

O Sistema Único de Assistência Social e a importância da família

No âmbito das políticas públicas, a assistência social tem como objetivo assegurar os direitos sociais para a população em um país marcado por profundas desigualdades estruturais. Essa política fundamenta a assistência social em todo o Brasil, sendo um direito dos cidadãos e um dever do Estado, com a missão de promover a proteção social. Contudo, a conquista estabelecida pela

Constituição de 1988 e as condições de cidadania são permeadas por contradições e enfrentam desafios oriundos de forças políticas, econômicas e sociais. Contradições estas agravadas recentemente pela pandemia de coronavírus, período no qual essa política tornou-se ainda mais relevante para inúmeras famílias brasileiras que enfrentaram impactos econômicos e sociais significativos (Romagnoli et al., 2021).

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é estruturado em diferentes

níveis de proteção, incluindo a Proteção Social Básica, que oferece um trabalho preventivo para famílias e indivíduos em suas comunidades, como os serviços prestados pelos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), e a Proteção Social Especial, que é dividida em dois níveis de complexidade: Média Complexidade e Alta Complexidade. A Proteção Social Especial de Média Complexidade tem seu foco no atendimento a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social devido à violação de direitos. No âmbito dessa proteção, as unidades de referência para a oferta de serviços incluem o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP). Por outro lado, a Proteção Social Especial de Alta Complexidade visa fornecer serviços especializados por meio de diferentes equipamentos e modalidades, garantindo a segurança de acolhimento para indivíduos e/ou famílias temporariamente afastados de seus núcleos familiares e/ou comunidades.

Em todos os níveis, a abordagem centrada na família é essencial, com o trabalho social focado no acompanhamento familiar. Temos na

Proteção Social Básica o Serviço de Atendimento às Famílias e Indivíduos (PAIF) como um dos pilares do SUAS, voltado para fortalecer os vínculos familiares e comunitários. Seu principal objetivo é promover o desenvolvimento das habilidades e competências das famílias, prevenindo situações de vulnerabilidade social. O PAIF busca garantir direitos e fomentar a convivência familiar; é destinado a famílias que se encontram em situação de risco ou vulnerabilidade, proporcionando um espaço para o fortalecimento dos laços sociais e comunitários. Por outro lado, o Serviço de Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI) é um serviço de Proteção Social Especial que atua com famílias e indivíduos que enfrentam situações de violação de direitos. Esse programa tem como foco principal oferecer atendimentos individualizados e em grupo, promovendo a reconstrução de vínculos familiares e comunitários.

O trabalho social é feito no cotidiano dos profissionais, no fazer junto aos usuários e junto ao território no qual as famílias estão inseridas — um fazer que se dá na burocracia de nível de rua, termo que surgiu nos Estados Unidos na década de 1970. Os trabalhadores de instituições

públicas, chamados de “burocratas de nível de rua”, são profissionais que têm possibilidades de decisões sobre o trabalho a ser executado no dia a dia dos serviços, para além das prescrições de normativas e do que está instituído pela política na qual se inserem. Esses profissionais são “entendidos como atores capazes de transformar, adaptar as políticas e conformar os resultados dessas políticas, uma vez que realizam, no trabalho cotidiano, a mediação necessária entre o acesso aos direitos por parte dos usuários e a estrutura estatal” (Bronzo et al., 2022, p. 6), e atuam diretamente na interface entre a formulação das políticas e a realidade vivida pelas famílias e indivíduos atendidos, desempenhando um papel crucial na concretização dos objetivos das políticas.

Ao investigar os modos de trabalhar e subjetivar na Proteção Social Especial — mais especificamente no CREAS —, a partir da Clínica da Atividade, Rosa e Amador (2023) afirmam que os profissionais parecem enfrentar, em seu cotidiano de trabalho, um vazio de normas, com conhecimentos advindos de suas experiências no trabalho e por meio deste, ainda insuficientes frente aos desafios reais. Essa falta de diretrizes e a constante imprevisibilidade no

acompanhamento familiar na política de assistência social geram um contexto de incerteza e dificuldades na atuação desses profissionais.

Nesse cenário, as poucas normas do acompanhamento familiar na política de assistência social trazem não só assujeitamentos, mas também possibilidades de atuação inventiva, sendo que o vínculo estabelecido é essencial. Mas será que os profissionais que atuam com as famílias no SUAS dimensionam e avaliam suas práticas tão essenciais, como apontam Bronzo et al. (2022) e Rosa e Amador (2023)? Quais relações de poder perpassam essas atuações? Que efeitos isso gera no acompanhamento familiar?

Muitas famílias acompanhadas pelo SUAS são culpabilizadas e responsabilizadas por seus arranjos e ajustes familiares, por se ocuparem de formas diversas de cuidado, por buscarem estratégias na comunidade para se sentirem amparadas. São inúmeras as formas como as famílias exercem seu cuidado e proteção, e isso indica não apenas que não há um modelo de ser família, mas também que existe potência em suas formas de gerir a vida e de enfrentar a desigualdade social e a precarização da existência.

Na tentativa de problematizar o acompanhamento familiar e tendo como

guia essas perguntas, este texto examina o cotidiano dos profissionais do SUAS, trazendo os resultados parciais da pesquisa de doutorado, financiada pela FAPEMIG, que investigou as práticas e metodologias de acompanhamento familiar no SUAS, nos serviços da rede pública socioassistencial do município de Poços de Caldas, em Minas Gerais.

Proposta Metodológica

A metodologia escolhida em nosso estudo foi a pesquisa-intervenção cartográfica, abordagem metodológica que opera como um dispositivo que acompanha processos, indaga, coloca questões, convocando o coletivo de forças em cada situação, alterando o modo de conceber a pesquisa e o encontro do pesquisador com seu campo. Fazer uma pesquisa-intervenção é desvelar as práticas e os discursos instituídos, examinando as relações que impedem a invenção, buscando colaborar com as questões do coletivo pesquisado. Por meio dos encontros, das observações, dos afetamentos, da análise da implicação, entre outros, busca-se colocar em análise os efeitos das práticas no cotidiano institucional, como aponta Romagnoli (2014). No percurso, dispositivos de

análise coletiva são produzidos, analisando os lugares ocupados pelos pesquisadores e pelos participantes da pesquisa.

Além da análise conjunta, o pesquisador realiza ainda uma análise da implicação. O conceito de implicação corresponde a algo que nos liga à instituição, diz de nossas pertencas e referências institucionais, mostrando aquilo que a instituição deflagra em nós, e que é sempre efeito de uma produção coletiva (Coimbra & Nascimento, 2008). Os espaços institucionais, a priori, são espaços de reprodução do instituído, do que tende a se reproduzir, e é preciso colocar em análise o lugar de nossas práticas: lugar que ocupamos, lugar de poder, lugar de saber. Certamente, estamos implicados e atravessados por várias instituições. Assim, examinamos o lugar que ocupamos em nosso trabalho, em nossas relações sociais, em nossa pesquisa.

Nesse sentido, além de não ser possível fazer uma análise neutra da instituição, é impossível não haver conflitos no SUAS, tensões no acompanhamento familiar. Para rastrear essa problemática, efetuamos em campo os seguintes procedimentos metodológicos: três entrevistas com os técnicos do CRAS, três entrevistas com os técnicos do CREAS, uma roda de conversa com os

profissionais do CRAS, uma roda de conversa com os técnicos do CREAS. Os profissionais foram convidados a participar da pesquisa, e aqueles que se mostraram disponíveis foram entrevistados; a roda de conversa contou também com os profissionais interessados. Realizamos ainda sete entrevistas com as famílias, sendo cinco do CRAS e duas do CREAS. As famílias atendidas pelo CRAS foram indicadas pelas coordenadoras da unidade à qual estavam referenciadas, e as do CREAS foram convidadas a participar da entrevista no dia em que compareceram ao encontro das pré-conferências da política de assistência social. O campo de estudo foi o município de Poços de Caldas, em Minas Gerais.

Para a produção dos dados, utilizamos ainda a restituição, procedimento da pesquisa-intervenção no qual os dados produzidos são discutidos e analisados em conjunto com a população pesquisada, mantendo o pacto do trabalho coletivo. A restituição foi realizada com os profissionais que participaram das entrevistas e das rodas de conversa. Nesse momento, apresentamos nossa análise inicial, construindo coletivamente interpretações em diálogo com o grupo participante da pesquisa. Essa produção é apresentada a seguir. O projeto de pesquisa

como um todo foi avaliado pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), sob o número CAAE 70329317.9.0000.5137.

Endurecimentos que travessam o Acompanhamento familiar

Como a política de assistência social apresenta uma série de impasses nas intervenções com o grupo familiar, entendemos que é necessário ter posturas críticas e inventivas nesse contexto. Nesse sentido, as ideias de Deleuze e Guattari (2011) nos auxiliam a problematizar essas questões e permitem, através do conceito de rizoma, abordar o acompanhamento familiar como uma rede, sem início nem fim; campo de experimentação. Afinal, cada família apresentará seu funcionamento e necessitará, ou não, de diferentes demandas em seu processo de acompanhamento.

O rizoma corresponde a uma rede móvel de caules, fluxos, redemoinhos e turbulências, de limites internos e externos difusos, em que se pode entrar e do qual é possível sair de qualquer ponto, sendo percorrido em diversas direções. Conforme Deleuze e Guattari (2011), o rizoma distingue-se absolutamente de raízes e radículas, espalhando-se em todos os

sentidos e sem linhas hierárquicas. Além disso, ele é feito de direções flutuantes, sem início nem fim: apenas cresce e transborda, sem remeter a um centro. Essa rede opera por imanência de três tipos de linhas, presentes na realidade e no acompanhamento familiar que nos propomos a investigar.

As linhas de segmentaridade dura são rígidas e estabelecidas, associadas à reprodução de modos de funcionamento na realidade e no SUAS, aos binarismos que nos segmentam, ao que já conhecemos. Essas linhas criam classificações dicotômicas e naturalizadas, como gênero e classe social, e tendem a inibir o questionamento e a crítica. As linhas flexíveis, que são mais maleáveis e adaptáveis, não visam à estratificação constante e permitem ser afetadas por situações, por fluxos que escapam ao controle dos sistemas estabelecidos. Por fim, as linhas de fuga representam a ruptura e o escape das estruturas instituídas, do que está estabelecido, trazendo novas possibilidades e inovações. Elas desafiam o status quo e permitem transformações significativas.

Essas linhas estão presentes em todas as realidades, de maneira justaposta, refletindo as complexas interações entre normativas e práticas cotidianas no SUAS.

Linhas duras podem restringir e controlar a atuação profissional, o encontro com as famílias, enquanto linhas de fuga podem oferecer oportunidades para deslocamentos e invenções. Essas linhas, ao interagirem, podem tanto reforçar normas estabelecidas quanto abrir espaço para novas formas de entendimento e ação, expressando forças de uma micropolítica presente nas relações entre profissionais e famílias. Rede e linhas que compõem o trabalho social no SUAS.

Ao analisar o cotidiano do acompanhamento familiar, muitas vezes sua prática está alinhada com as demandas emergenciais e distante do que a política prevê em suas normativas. As falas dos entrevistados coincidem com essa lógica de “apagar incêndio”. Atolados com as altas demandas e burocracias, muitos profissionais não conseguem acompanhar as famílias sistematicamente, mas sim atualizar cadastros, avaliar benefícios eventuais e suprir a falta de equipe mínima. Ouvimos várias falas a respeito da sobrecarga de atividades e da falta de capacitação e qualificação profissional — linhas duras que impedem um efetivo acolhimento do grupo familiar.

Os profissionais se queixam do baixo investimento em propostas de mudanças e da perpetuação de práticas

repetitivas e desestimulantes. Nessa direção, notamos que, mesmo com a premissa de formação continuada, que poderia trazer questionamentos e novas práticas, isso não ocorre em diversos municípios, visto que faltam investimentos em formações e em supervisão. Ao tentarem buscar sustentação para suas intervenções, muitos profissionais procuram espaços de trocas e dialogam com outros profissionais a respeito dos casos que atendem e sobre os atravessamentos institucionais. Contudo, muitas vezes, as situações institucionais são permeadas por conflitos e endurecimentos, que podem ocorrer por diversas razões, incluindo divergências de objetivos, falta de comunicação ou até mesmo disputas de poder e recursos.

Rastreamos, em nossa pesquisa, as seguintes linhas duras que emergem no rizoma do cotidiano do trabalho com a família: a precarização do SUAS, a dificuldade de atuação em rede, a formação centrada no indivíduo, a naturalização da família nuclear e a burocratização das práticas.

A linha dura “Precarização do SUAS” se associa à dificuldade de manter os direitos sociais que atravessam o cotidiano do trabalho com o grupo familiar. A lógica imposta pelo governo

anterior, de extrema direita, com o presidente Jair Bolsonaro (2019-2022), com o corte orçamentário e a inserção de meios tecnológicos para incluir uma parcela da população nos benefícios, excluiu boa parte dos cidadãos de seus direitos sociais (Romagnoli et al., 2021). Nesse contexto, a pandemia (2020-2021) foi também um grande vetor de precarização da política do SUAS, com o aumento crescente das demandas das famílias, principalmente no que se refere a questões econômicas e a violações de direitos. Com os agravos econômicos decorrentes do isolamento social, muitas famílias acompanhadas pelo SUAS, que tinham como fonte de renda seus trabalhos informais, sofreram perdas elevadas em seus rendimentos mensais, demandando serviços de transferência de renda. Essas famílias buscaram nos CRAS os benefícios eventuais, como cestas básicas e aparatos para a sobrevivência, o que resultou em uma grande sobrecarga para os profissionais.

Outras situações de destaque ocorridas com as famílias vulneráveis foram os agravos relacionados às situações de violação de direitos, incrementados pelo isolamento social e pela fragilização ainda maior dos vínculos familiares. Para muitos profissionais, as possibilidades de

ofertas para essas famílias precisaram ser reformuladas e amparadas na intersetorialidade, pois as políticas setoriais, por si só, não solucionavam as demandas dos serviços, que já eram graves e excessivas. Nesse cenário, nos deparamos com a sobrecarga nos espaços de acolhimento e com grandes exigências para quem estava lidando diretamente com os usuários, que tiveram que se reinventar, como lembrado por vários profissionais.

Entretanto, não foi somente a pandemia que trouxe um aumento de trabalho. Faleiros et al. (2019) descrevem que a produção do trabalhador da política de assistência social tem implicações para si e para o outro, consequentemente para o capital. Para os autores, a precarização do trabalho no SUAS envolve diversos fatores, a exemplo de condições de trabalho desfavoráveis, redução do Estado e desigualdade social. “As condições de exploração do trabalho estão na base da sua precarização, com o aumento das horas, da intensidade do trabalho, da demanda atendida, da redução de recursos” (Faleiros et al., 2019, p. 390). Tudo isso gera desgaste e adoecimento do trabalhador.

A precarização do SUAS tem sido uma preocupação crescente. Esse sistema, que visa garantir direitos e assistência a

populações em vulnerabilidade, enfrenta desafios que, como vimos, vão desde a falta de recursos financeiros até a sobrecarga dos profissionais envolvidos. A ausência de investimentos adequados resulta em equipes reduzidas, capacitação insuficiente e infraestrutura precária, comprometendo a qualidade dos serviços oferecidos. Municípios sinalizam esse descuido com a política e com o público que busca os equipamentos, potencializando também uma precarização com uma rede de trabalho desarticulada.

Outra segmentaridade que aparece em várias atuações, escutas e intervenções em nosso estudo é a presença de uma formação centrada nos indivíduos, e isso é evidente em diversos manejos profissionais. Abandonar essa prática dentro do fazer no SUAS requer compreensão dos inúmeros fatores que compõem essa rede de atores e da complexidade frente às famílias. Não há como abandonar todas as relações familiares que formam o usuário que chega aos serviços, mas também não é possível desconsiderar todos os atravessamentos sociais e políticos que atravessam esses indivíduos e essas famílias.

De fato, a formação em Psicologia ainda mantém uma prática centrada no

indivíduo e em uma clínica tradicional. Silva e Carvalhaes (2016) apontam que, na contemporaneidade, potencializa-se e cria-se um modelo de subjetividade pautado por premissas como o individualismo, razão, força de trabalho e hedonismo, disseminando práticas e saberes que aparecem nas instituições família, escola, entre outras, trazendo formas e condutas a serem seguidas e preestabelecidas. Em referência à Psicologia, os autores afirmam que ela exerceu por muito tempo — e ainda é exercida por alguns profissionais — “um caráter utilitarista, prescritivo e disciplinador, cujo objetivo maior era a adaptação social, sem a problematização dos contextos e modos de vida a estes vinculados” (Silva & Carvalhaes, 2016, p. 249).

Ao examinar os desafios atuais das políticas públicas, Romagnoli (2022) indica ainda a forte presença da cisão indivíduo versus social na formação universitária, sustentada pela leitura dominante de uma subjetividade individualizada. Embora as universidades venham incluindo em seus currículos disciplinas e estágios que abarquem o SUAS, essa formação ainda é incipiente. Os profissionais se sentem inseguros ao chegar a seus serviços. Sanches et al. (2020), em relato de experiência sobre

formação continuada realizada com um grupo de profissionais que atuam na política, evidenciam que a falta de formação para sua atuação ainda prevalece, o que se soma à falta de capacitação e formação continuada no SUAS.

Outra linha dura que surge é a naturalização da família nuclear. Sabe-se que o acompanhamento familiar na Proteção Social de Alta Complexidade convoca um trabalho em rede, principalmente na garantia da proteção integral às crianças e aos adolescentes afastados temporariamente de suas famílias por medida de proteção. E esse trabalho em rede se apresenta em sua complexidade, tanto pelo desconhecimento dos técnicos quanto pelo julgamento e preconceito deles sobre as famílias em questão. A falta de sensibilidade e de crítica sustenta muitos posicionamentos, ocasionando um anulamento da singularidade e da diferença. Por que as famílias não podem ser encaradas como aquelas que mais nos ensinam?

A concepção naturalizada de que a família é a base da sociedade encontra-se na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, no artigo 16, que estabelece que “A família é o núcleo natural e fundamental da sociedade e tem

direito à proteção da sociedade e do Estado” (United Nations Human Rights, 1948, artigo 16). Essa visão de família também está confirmada na “centralidade da família como núcleo fundamental para a efetividade de todas as ações e serviços da política de Assistência Social” (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009, p. 12). Santos et al. (2017) afirmam que essa centralidade da família é a principal proposta da Política Nacional da Assistência Social (PNAS), que traz a proteção integral dos indivíduos, não descartando seu espaço sociofamiliar.

Essa centralidade na família e a redução do Estado têm implicações ligadas às questões sociais. Isso porque esses fatores acabam responsabilizando a família pela proteção social de seus membros, instituindo-a como a única responsável pela resolução dessas questões e culpabilizando-a quando fracassa. Scheinvar (2006) afirma que o modelo nuclear é considerado correto e denuncia que muitos espaços que atendem às famílias analisam se elas têm as condições necessárias para aderir ao modelo hegemônico, que pode ser caracterizado como conjugal, heteroafetivo, urbano, com homens provedores e mulheres cuidadoras. Na busca desse padrão, esses

equipamentos sociais diagnosticam a incapacidade de algumas famílias atendidas nos equipamentos da política de assistência social serem consideradas uma família, já que não representam a família desse imaginário social, desse modelo dominante, desqualificando seus saberes e suas ações, classificando-as como uma “família desestruturada”.

Nesse sentido, essa naturalização anula a emergência de questionamentos sobre o cotidiano da assistência social, sobre as práticas institucionalizadas nesse âmbito. Podemos refletir que algumas famílias podem não ter acesso aos serviços pela incompreensão dos seus direitos, e outras tantas são condicionadas a exercerem os cuidados básicos aos seus membros, demonstrando uma não aderência da família ao acompanhamento. Essa é uma narrativa frequente no trabalho com esse grupo no SUAS. Esse discurso privatiza questões sociais e trabalha com ideais de família que muito se afastam da singularidade e do cotidiano das famílias vulneráveis, que são atravessadas pela pobreza e lutam diariamente pela sobrevivência. Nesse sentido, a política de assistência torna-se um dispositivo de vigilância, e não uma parceira.

Não raro, essa postura técnica está ligada ao nosso modo predominante de

pensar. Foucault (1996) entende poder como uma relação de forças, como uma ação, um exercício; assim, “o poder não se dá, não se troca, nem se retoma, mas se exerce” (p. 175). Por ser uma relação de forças, o poder produz não apenas submissão e assujeitamento, mas também enfrentamentos, e nos leva a pensar como essas relações se fazem no cotidiano da assistência social.

No acompanhamento familiar, nós nos deparamos, muitas vezes, com profissionais que dialogam com suas teorias e buscam enquadrar as famílias e indivíduos que são usuários do SUAS em seus saberes especializados. Especialidades que versam muito mais para uma normatização do que para uma leitura singular de cada realidade e complexidade dos casos. Nesse contexto, as teorias funcionam como segmentos, endurecimentos, que buscam a reprodução e a adaptação das famílias, e não como intercessoras de deslocamentos subjetivos, como entendemos que deveriam ser.

Entre saberes e intervenções, o trabalho dos técnicos também se dá em torno de normas e metas. Em nosso contato com os profissionais, a burocratização das práticas foi outra linha dura que emergiu. Vários técnicos observam que suas práticas se tornam cada

vez mais burocratizadas, cumprindo apenas o que é prescrito para a sua atuação, o que faz com que suas expectativas profissionais não se alinhem com o que idealizaram. Além disso, embora seja uma área de inserção predominante de psicólogos, ainda há uma marca de desqualificação profissional no domínio das políticas públicas, como se as práticas, por exemplo, da clínica e de gestão garantissem bons salários e um maior status. Dessa maneira, não raro, o trabalho dentro do SUAS é vivenciado apenas como uma alternativa, e não como uma meta profissional.

Para muitos, o campo das políticas públicas é demarcado pelo assistencialismo, pelo preconceito; e para outros tantos é a marca das lutas de classes, chance de um alcance aos seus direitos. Euzébio Filho (2020) afirma que o “assistencialismo pode ser caracterizado, estruturalmente, como uma ação que busca harmonizar a relação entre classes sociais antagônicas, fomentando a naturalização da ‘questão social’ (...) assim como da desigualdade social” (p. 567). A burocratização, somada aos outros endurecimentos, geralmente impede a problematização da enorme desigualdade social que atravessa nosso país, inviabiliza, corriqueiramente, um conhecimento crítico

acerca das nossas atuações e de um real acolhimento das famílias, afastando-se da busca de autonomia para os usuários.

Essa trama de segmentos que vimos nesta seção se amarra em posturas arraigadas em nossa sociedade e, muitas vezes, impede a criação de linhas de fuga. Fixam os técnicos em queixas e reproduções, e podem sustentar a dificuldade de aderência das famílias — fala que circula constantemente no cotidiano do SUAS.

O Trabalho com Famílias: Anatomia ou Disciplina?

Em meio a essas linhas duras, o acompanhamento familiar visa à autonomia dos usuários e está sujeito a outras relações de poder. As famílias são alocadas como ponto central das políticas públicas, e reforçamos, dentro da política da Assistência Social, a conjuntura protetiva da Seguridade Social. Para desenvolver o trabalho social com famílias, a equipe de referência necessita estar capacitada e examinar o risco de perpetuar ideias assistencialistas e clientelistas, bem como precisa planejar e refletir sobre ações que envolvam as famílias, evitando atendimentos e acompanhamentos de forma fragmentada,

para além dos trâmites burocráticos dos serviços. Essas ações devem estar alinhadas com a prevenção, com a proteção e com a proatividade dos profissionais, para que as linhas flexíveis possam ser ativadas e linhas de fuga possam ser traçadas.

A efetividade do trabalho das equipes técnicas dependerá do conhecimento adequado dos territórios nos quais as famílias estão inseridas; de uma articulação intersetorial efetiva, que compreenda o conceito e o fortalecimento da prática interdisciplinar; de uma análise de suas ações; e do incentivo à participação das famílias no processo de acompanhamento. A partir disso, vale lembrar que as equipes de referência não podem se esquecer do contexto em que as famílias estão inseridas, suas condições culturais e socioeconômicas, analisando essas dimensões e situações vivenciadas que culminam em possíveis vulnerabilidades.

Para a superação dessas vulnerabilidades, a família busca recursos e aparatos estatais, porém na apropriação de seus direitos, e não em tutela. O SUAS busca possibilitar uma produção de autonomia, visto que as políticas públicas sugerem a transformação da condição de miserável, alvo da caridade, para a de

sujeito de direito, assegurando não somente as necessidades básicas do indivíduo e de sua família, mas também condições para o exercício da cidadania pela conquista da autonomia, entendida como “o conhecimento e acesso aos direitos para que os familiares sejam capazes de conduzir sua própria vida e adquirirem a qualidade de vida” (Fernandes & Leonidas, 2021, p. 100).

Desconsiderar a problemática da exclusão social e da vulnerabilidade no trabalho com famílias pode camuflar práticas discriminatórias e de tutela, mantendo o assistencialismo e anestesiando nossas linhas flexíveis, que permitem mudanças de ritmo com o grupo. Nascimento et al. (2007) examinam a relação entre práticas de desqualificação da família pobre e processos de criminalização da pobreza, fazendo um percurso histórico em que problematizam a emergência de práticas discursivas e não discursivas que segregam e penalizam (gerar pena e aplicar pena) a família vulnerável e seus filhos. Nessa trajetória, o cuidado à criança e ao adolescente implicava também em desqualificar os arranjos familiares dos pobres, associando-os a situações irregulares e de delinquência. “Dentro desse contexto, a questão financeira torna-se o principal

motivo para a desqualificação da família pobre e a produção de uma subjetividade que diz serem elas incompetentes para o cuidado dos filhos, o que justifica uma intervenção técnica e estatal.” (Nascimento et al., 2007, p. 9). Desse modo, a pobreza é classificada como perigosa e incompetente, com atributos de inferioridade, e não raro também é naturalizada, como algo dado, sem se questionar a própria lógica capitalista e neoliberal que a produz.

Serpa et al. (2015), em uma leitura foucaultiana, mostram como esses discursos atuam como um dispositivo heterogêneo que associa leis, práticas e normas, gerenciando hábitos, condutas e vínculos familiares e comunitários dos indivíduos e famílias em situações de riscos e vulnerabilidades sociais. Normatizam-se, assim, a vida e a expectativa social desses usuários, adequando condutas e diferenças, buscando a autonomia para se chegar à inclusão social. Denotando essa contradição, Serpa et al. (2015) pontuam que “a autonomia seria possibilidade de liberdade, possibilidade de fazer escolhas dentro desse sistema de proteção social” (p. 436). Contudo, é um desafio para os trabalhadores e usuários do SUAS, pois, frequentemente,

(...) a autonomia é perseguida com a culpabilização do outro pelo insucesso que, em seus modos de vida, em sua diferença, necessita ser protegido, ser cuidado, e esse cuidado implica cercear as escolhas dessas pessoas, muitas vezes através de atos violentos. Em nossa sociedade, além do poder de normalização, temos uma naturalização do “cuidar da vida” (do outro, da saúde, da população, dos ditos vulneráveis sociais), criando formas de estar no mundo. (Souza et al., 2023, p. 139).

Conhecer as famílias e os usuários é importante para o acompanhamento familiar, mas não é suficiente. Um dos pontos de tensão da política de assistência social é a própria desigualdade social da nossa sociedade, constituída por uma história, por uma dimensão econômica e política que gera exclusão. “Assim, pensar em políticas públicas voltadas para a população em situação de pobreza implica refletirmos sobre os modos como sociedades democráticas distribuem, desigualmente, suas vulnerabilidades” (Oliveira et al., 2019, p. 146). Isso porque, embora o SUAS possa ser acionado por todo cidadão brasileiro, em seu cotidiano é

acionado pelas famílias vulneráveis, em sua imensa maioria.

Nessa problematização, precisamos elucidar os efeitos de nosso passado escravagista, da ditadura militar, da miséria, da naturalização das desigualdades, e explicar que governamentalidade estamos produzindo em nosso país. Foucault (2008b) desenvolveu esse conceito após analisar o poder disciplinar, apresentando a governamentalidade como uma forma de exercício do poder que tem na economia política seu saber fundamental e no dispositivo de segurança seu principal instrumento. Com a delimitação desse conceito, Foucault (2008b) pretende elucidar “o domínio da prática do governo, seus diferentes objetos, suas regras gerais, seus objetivos de conjunto, a fim de governar da melhor maneira possível! Em suma e, digamos, o estudo da racionalização da prática governamental no exercício da soberania política” (p. 4).

A governamentalidade diz respeito a um processo histórico que insere a vida no domínio político e econômico, regulado pelo Estado e por seus mecanismos de segurança para o controle da vida. Essa nova racionalidade governamental intervém não somente na população em si, mas também nas formas de viver, por meio

de um conjunto de ações mais tolerantes e menos disciplinares com agrupamentos não dominantes, para que estes sejam incluídos por intermédio da gestão de suas condutas a certa norma econômico-social. Artes de governar que atuam não apenas em uma dimensão econômica e política, mas também em um tipo de subjetividade. Esse governo das condutas toma a população, no caso, as famílias, como alvo e como instrumento, visando ocultar suas condições econômicas, sociais, entre outras. Nessa perspectiva, as famílias no SUAS passam a ser incluídas, governadas, presas no binômio da garantia de direitos e da autonomia, em um Estado neoliberal que utiliza estratégias normatizadoras para lidar com a desigualdade social e naturalizar a miséria e a vulnerabilidade.

A governamentalidade é um exercício de poder que consiste em “conduzir condutas” e em ordenar probabilidades, delimitando o campo de ação dos outros, das famílias atendidas no SUAS. Desse modo, os pais, as mães, os filhos, as famílias e os próprios técnicos são governados em suas relações com o espaço social, consigo mesmos, com os outros, com hábitos, costumes, maneiras de ser e de pensar. E, sendo artes de governar, são sofisticadas e não se fazem por imposições, mas sim por táticas,

estratégias que permitem, de forma coletiva, administrar os fenômenos da população e essa população em seus detalhes subjetivos e subjetivadores. Podemos ver alguns agenciamentos por parte das equipes que tentam gerir a vida das famílias, vendo-as como incapazes, tentando gerenciar suas condutas e formas de gerir seu cotidiano, o que é compreendido como conflitivo, como demonstra a fala do psicólogo que atua no CREAS:

Tentamos ao máximo trabalhar de uma forma a compreender o que a família vive. Se ver o tema do trabalho, que é a questão da disciplina, eu achei bem interessante porque a gente busca essa ideia de trabalhar com a autonomia. É sempre um conflito porque a atuação do Estado quase sempre vai ser invasiva. Quando o caso chega no CREAS, especificamente, é pra gente interferir em alguma coisa da vida privada das pessoas, sendo muito delicado, e eu sempre tento colocar para as pessoas no atendimento de modo a decidir as coisas. (Psicólogo do CREAS, comunicação pessoal, 2024).

Percebe-se que os técnicos depositam grandes expectativas no processo de acompanhamento familiar. Muitos traçam metas e objetivos com as famílias acompanhadas e se deparam com uma realidade distinta, com condutas não esperadas, como se a família devesse ser normatizada e seguir um modelo. Essa percepção foi relatada em várias entrevistas e nas rodas de conversa.

Os profissionais relataram nas entrevistas que esperam que suas intervenções sejam eficazes e se deparam com a realidade própria da família, e se frustram. Além disso, afirmaram que não existe uma fórmula pronta; existe uma parte que depende do técnico e outra da família. No entanto, relatam que muitas das intervenções não são capazes de transformar a realidade vivida pelas famílias, pois, como disse uma assistente social: “Às vezes, questões que permeiam ali são enraizadas, são fortes, coisas que vêm de longa data, e que, às vezes, uma intervenção sem profundidade não há possibilidade de sanar outras coisas” (Assistente social, comunicação pessoal, 2024).

A assistente social ainda acrescentou que intervenções externas ficam circunscritas a determinados arranjos, conectados a uma repetição

vazia, o que impede o olhar para a diferença, dotado de certezas e reducionismos. Além disso, alguns técnicos relataram nas entrevistas que esperam das famílias as mudanças propostas por eles e acreditam que essas mudanças serão seguidas com as sugestões e com os combinados propostos para a intervenção. Entretanto, as famílias têm suas estratégias e movimentos próprios para encarar suas situações conflitantes. Muitas delas não conseguem prosseguir com os combinados técnicos e acabam por elaborar suas próprias estratégias de cuidado e proteção. Outras, ainda, entram em uma situação de risco e violações de direitos.

A ideia de governar os outros abordada por Foucault (2008a) envolve também a possibilidade de governar a si mesmo, de exercer resistência e de uma não passividade. A governamentalidade, o ato de conduzir os outros, não implica que esse outro deva ser passivo, mas sim que ele possa se posicionar contra condutas. Essa resistência se localiza na relação de forças entre o eu e os outros, para não ser governado de determinada maneira, por meio de contracondutas. Assim:

Governar é agir sobre si mesmo, em vista de se posicionar

criticamente diante de quaisquer ações de condução. Inexistem relações de governo que não sejam aquelas exercidas sobre sujeitos livres que dispõem de um campo plural de possibilidades e alternativas. Essas alternativas se estendem, desde a aceitação de uma determinada condução até a constituição de contracondutas ao modo como ela é exercida. As contracondutas são elevadas a novo ponto de partida, diante das diferentes relações de governo; elas designam um cuidado político de si, porque o sujeito é constituído como tal em virtude da relação política do governo de si mesmo em face do governo dos outros. (Candiotto, 2010, p. 161).

Inúmeras famílias, para sair de situações conflituosas, encerrar os acompanhamentos que estavam fazendo e ter seus filhos retornando para casa quando acolhidos por medida de proteção, afirmavam que seguiram com os combinados firmados. Contudo, era apenas uma estratégia para se livrarem das cobranças desses profissionais.

A imposição do saber, as hierarquias institucionais e o não reconhecimento das diferenças sociais e

culturais afastam as famílias e impedem um acolhimento efetivo, necessário para que o acompanhamento familiar possa ocorrer. É como se elas desconhecêssem suas próprias estratégias de sobrevivência, visto que imperam sobre suas vidas as normativas e recomendações que as distanciam da realidade possível — a de superação de suas vulnerabilidades. Na verdade, há sempre a governamentalidade, o Estado gerindo a vida e a conduta das famílias, como nos lembra Foucault (2008a).

Nas entrevistas, é possível verificar que alguns técnicos parecem ter esta percepção: a de que muitas de suas estratégias interventivas vão de encontro às famílias, submetendo-as e controlando-as. No entanto, ainda se reconhecem em seus papéis hierárquicos, desprezando o que a família tem de recurso para romper com suas situações de violação, risco e vulnerabilidades. Essa percepção nos parece ser um olhar apreendido nas formações feitas por eles, em seus cursos de graduação, como vimos há pouco. Pela lógica dominante de pensar, agimos no modo de reproduzir conceitos, e isso nos faz avaliar entre um certo e um errado, escapando de nós outro modo de ser e agir sobre o mundo. Notamos que muitos profissionais operam nessa lógica, partindo

de leituras teóricas que fortalecem essas ideias, amparados em uma formação que preconiza esse modo positivista e reducionista de problematizar suas atuações.

Para além dessas amarras e das relações que minam o atendimento com a família, encontramos, em nosso campo, algumas linhas flexíveis. Essas linhas estão na interface do que se reproduz: da sobrecarga, das queixas sobre a falta de capacitação, da falta de formação e da tutela; além das conexões, o intensivo que se encontra fora desses segmentos e pode levar a uma invenção no atendimento familiar.

Não é simples lidar com a vulnerabilidade, seja no campo da intervenção, seja no campo da produção de conhecimento. O risco de o cuidado tornar-se tutela é uma constante. Precisamos ousar conexões com os vulneráveis, atentos à importância da potência que existe nas vidas precarizadas e que conseguem algum intensivo na existência. (Paulon & Romagnoli, 2018, p. 185).

Existem diversas capturas, possibilidades e agenciamentos no trabalho com as famílias em situação de

vulnerabilidade social. Paulon e Romagnoli (2018) afirmam que as intervenções junto a essas famílias podem gerar encontros potentes. Complementam que é necessário tomar o outro como legítimo outro, que, em sua condição de alteridade, pode apresentar possibilidades inusitadas de construir as próprias saídas. Reforçamos que são as famílias que nos indicam suas possibilidades e estratégias de intervenção. Quando nos propomos a fazer um acolhimento genuíno, que valorize a história daquela família e amplie a percepção de seu protagonismo, é possível vislumbrar o rompimento de violações, a superação das vulnerabilidades e a promoção dos direitos. Vale lembrar que não há uma forma única de acompanhamento familiar, já que cada família dará seu tom; porém, será necessária uma disponibilidade técnica e subjetiva para que esse encontro potente aconteça.

Apresentamos aqui as linhas duras que emergiram em nosso campo de pesquisa. Essa conjunção de forças e funcionamentos transforma, desloca o SUAS, que se torna inventivo, traçando linhas de fuga.

Esses processos inventivos foram descritos nas rodas de conversa, nas entrevistas e na restituição com os

técnicos. Os profissionais relataram que a pandemia foi um grande exemplo de como se organizaram para enfrentar os diversos desafios com as famílias. Contaram também que o distanciamento gerou perdas em algumas redes; novas formas de intervenção se iniciaram, e vislumbraram perdas que o modo remoto ocasionou, mesmo trazendo benefícios em outras áreas, a exemplo de reuniões. No entanto, não viam isso como algo definitivo, já que há limitações com o contato tecnológico, principalmente com pessoas idosas.

Na trama do acompanhamento familiar, ficam evidentes as cristalizações e as tensões, mas vimos também, em nossa pesquisa, a potência dos trabalhadores e das famílias, revelada nas brechas abertas por uma micropolítica cotidiana. A pandemia desvelou tudo isso, que continua a se apresentar, de modo processual, no cotidiano do SUAS.

Muitas são as tensões e linhas presentes no processo do acompanhamento familiar. Podemos entender que esse processo se parece com um emaranhado de linhas, que se cruzam, se desfazem e tecem. Para as linhas mais flexíveis, podemos compreender como aquelas que nos possibilitam novos agenciamentos, novas saídas e novas construções. Há o relato de uma assistente social de um

CRAS a respeito de algumas possibilidades de intervenção em que a família se vincula à equipe técnica, o que pode favorecer um acompanhamento familiar.

É necessário perceber que muitos técnicos buscam compreender a singularidade de cada família, tendo em vista que promover essa reflexão amplia as possibilidades de a família encontrar saídas em suas próprias histórias de vida. As intervenções consideradas exitosas e as alternativas que evidenciam as famílias como protagonistas são promissoras no campo de trabalho. Muitos profissionais elaboram estratégias com as próprias famílias, considerando sua singularidade, seus códigos e suas crenças, bem como sua luta diária pela sobrevivência. Assim, o trabalho posto nas normativas também se faz nas linhas de fuga e de invenção. Os profissionais que elaboram essas leituras, frequentemente, são aqueles que enxergam as famílias além de seus sintomas, conseguem visualizar em suas vidas suas histórias, seus interesses, suas potencialidades e suas intrínsecas fissuras. Afinal, é nessa brecha que as possibilidades interventivas e inventivas surgem.

Considerações Finais

No contexto da política de assistência social, especialmente no que diz respeito ao acompanhamento familiar, é crucial desenvolver conhecimento que aborde tanto a complexidade envolvida nesse processo quanto a criação de alternativas para o trabalho com a família, que é a base das intervenções nas políticas setoriais. Inúmeras famílias acompanhadas pelo SUAS são frequentemente culpabilizadas e responsabilizadas por seus arranjos familiares e pelas formas diversas de cuidado que adotam, assim como pelas estratégias que buscam na comunidade para se sentirem apoiadas. Essa diversidade de práticas de cuidado e proteção demonstra não haver um modelo único de família. Pelo contrário, cada uma dessas formas revela a potência das famílias em administrar suas vidas, enfrentando a desigualdade social e a precarização da existência.

Em meio às tensões e invenções, disciplinas, tutelas e autonomias, o acompanhamento familiar se faz. Acreditamos que é possível encontrar abordagens potentes e inovadoras para um trabalho eficaz com as famílias, em que são criadas ações estratégicas e alternativas de escape que desafiem as reproduções habituais e promovam

relações entre profissionais e famílias baseadas em suas funções protetivas, mesmo diante de situações de vulnerabilidade.

É fundamental reconhecer que o acompanhamento familiar não deve se limitar a uma visão punitiva ou de controle, mas sim pautar-se na escuta ativa e na construção de vínculos e protagonismo das famílias, mesmo que, em alguns momentos, isso possa ocorrer. A prática de uma abordagem sensível às necessidades e realidades das famílias pode transformar a relação entre profissionais e usuários, promovendo um espaço de diálogo e respeito mútuo. Ao valorizar as experiências e saberes das famílias, é possível ampliar estratégias que não apenas atendam às demandas imediatas, mas também favoreçam a capacidade de autonomia e as potências dessas famílias. Assim, o acompanhamento familiar se torna um processo colaborativo que, em vez de reforçar estigmas, celebra a diversidade, contribuindo para a construção de uma rede de apoio mais inclusiva e efetiva no contexto da assistência social.

Referências

Bronzo, C., Costa, E. C. R., & Guimarães, F. (2022). A burocracia de nível de rua

- na implementação do Serviço de Proteção Integral à Família (PAIF): percepções e traduções de normativas nas políticas públicas. *Administração Pública e Gestão Social*, 14(2), pp. 1-16. DOI: <https://doi.org/10.21118/apgs.v14i2.1243>
- Candiotto, C. (2010). Ética e política em Michel Foucault. *Trans/Form/Ação*, 33(2), pp. 157-175. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-31732010000200010>
- Deleuze, G., & Guattari, F. (2011). Introdução: Rizoma. In G. Deleuze & F. Guattari, *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia* (Vol. 1, pp. 11-37). Editora 34.
- Euzébios Filho, A. (2020). De desamparado a empoderado: o assistencialismo produtivo na era do empreendedorismo. *Revista Psicologia Política*, 20(49), pp. 564-582. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v20n49/v20n49a09.pdf>
- Faleiros, V. P., Hedler, H. C., & Araújo, A. A. M. (2019). Precariedade e interdisciplinaridade no trabalho da Assistente Social na esfera pública. *Katálysis*, 22(2), pp. 383-392. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02592019v22n2p383>
- Fernandes, V. S., & Leonidas, C. (2021). Acompanhamento familiar no CRAS segundo familiares de usuários do benefício de prestação continuada. *Revista SPAGESP*, 22(2), pp. 89-103. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702021000200008&lng=pt&nrm=iso
- Foucault, M. (1996). *Microfísica do Poder*. 6a ed. Trad. R. Machado. Graal.
- Foucault, M. (2008a). *Nascimento da Biopolítica*. Martins Fontes.
- Foucault, M. (2008b). *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. Martins Fontes.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2009). *Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS*. Brasília: MDS. https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_Cras.pdf
- Nascimento, M. L., Cunha, F. L., & Vicente, L. M. D. (2007). A desqualificação da família pobre como prática de criminalização da pobreza. *Revista de Psicologia Política*, 7(14), pp. 1-17. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v7n14/v7n14a06.pdf>
- Oliveira, E. C. S., Rodrigues, L., Battistelli, B. M., & Cruz, L. R. (2019). Raça e Política de Assistência Social: Produção de Conhecimento em Psicologia Social. *Psicologia: Ciência & Profissão*, 39(e225556), pp. 141-152. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003225556>
- Paulon, S. M., & Romagnoli, R. C. (2018). Quando a vulnerabilidade se faz Potência. *Interação em Psicologia*, 23(3), pp. 171-187.
- Romagnoli, R. (2014). O conceito de implicação e a pesquisa-intervenção institucionalista. *Psicologia & Sociedade*, 26(1), pp. 44-52. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000100006>
- Romagnoli, R. C. (2022). Psicologia brasileira e Políticas Públicas: capturas e resistências. *Psicologia: Ciência & Profissão*, 42(e262850), pp. 1-12. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003262850>
- Romagnoli, R. C., Braga, E. M., & Souza, C. (2021). Assistência Social e pandemia:

- tensões políticas e práticas de enfrentamento. In J. O. Moreira, & R. Tôres (Orgs.), *Pandemia, crise e subjetividade* (pp. 121-135). CRV.
- Romagnoli, R. C., Neves, C. A. B., & Paulon, S. M. (2018). Intercessão entre políticas: psicologia e produção de cuidado nas políticas públicas. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 70(2), pp. 236-250.
- Rosa, H. R., & Amador, F. S. (2023). A política de Assistência Social em movimento: uma análise do trabalho como atividade. In B. B. Brambilla, G. Nogueira, P. M. S. Jacinto, & R. V. S. Rocha (Orgs.). *A Psicologia no Sistema Único de Assistência Social: fundamentos, desafios e horizontes teórico-metodológicos* (pp. 71-88). Salvador: Diálogos Editorial.
- Sanches, N., Martins, T. C., & Silva, R. B. (2020). O trabalho da psicologia na assistência social: análises a partir de um grupo focal. *Aletheia*, 53(2), pp. 165-178. DOI: <http://dx.doi.org/10.29327/226091.53.2-13>
- Santos, K. L., Heckert, A. L. C., & Carvalho, S. V. (2017). Família e mulher como instrumentos de governo na assistência social. *Psicologia & Sociedade*, 29(e158080), pp. 1-10. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29i158080>
- Scheinvar, S. (2006). A família como dispositivo de privatização do social. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 58(1), pp. 48-57. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arb/v58n1/v58n1a06.pdf>
- Serpa, V., Virgínia, C., & Cavalcante, S. (2015). Assistência social pública brasileira: uma política da autonomia - um dispositivo biopolítico. *Revista Subjetividades*, 15(3), pp. 428-437. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2359-07692015000300011&lng=pt&tlng=pt
- Silva, R. B., & Carvalhaes, F. F. (2016). Psicologia e Políticas Públicas: impasses e reinvenções. *Psicologia & Sociedade*, 28(2), 247-256. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-03102016v28n2p247>
- Souza, C., Peruzzo, P. P., & Romagnol, R., C. (2023). Problematizações da Institucionalização: entre hanseníase, a rua e as drogas. In Andrade, C., J., & Benincasa, M. (Orgs.). *A Psicologia nas Instituições: Papel, Desafios e Contribuições* (pp. 126-149). São Paulo: Gênio Criador.
- United Nations Human Rights. (1948). *Universal Declaration of Human Rights*. <https://www.ohchr.org/en/human-rights/universal-declaration/translations/portuguese?LangID=por>.
-
- Caroline de Souza.** Prefeitura Municipal de Poços de Caldas.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8398-4951>
Email: carolinedesouzapsi@yahoo.com.br
- Roberta Carvalho Romagnoli.** Pontifícia Universidade Católica (PUC-MG).
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3551-2535>
Email: robertaroma1@gmail.com
-
- Submetido em:** 02/12/2024
Aceito em: 08/04/2025
-
- Contribuição dos autores:**
- Concepção: C. S.; R. C. R.

Coleta: C. S.; R. C. R.

Redação do manuscrito: C. S.; R. C. R.

Análise dos dados: C. S.; R. C. R.

Revisão e edição: C. S.; R. C. R.

Financiamento

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).
